

A REMOÇÃO DOS XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ NA DÉCADA DE 1960: O ESBULHO DA TERRA PARA A ABERTURA DA AGROPECUÁRIA SUIÁ MISSÚ S/A

ARMANDO WILSON TAFNER JUNIOR¹

JULIANA CRISTINA DA ROSA²

RESUMO

Este artigo narra, através de fontes oficiais e escritas, o esbulho da Terra Indígena Marãiwatsédé dos Xavante que foi privatizada e transformada na empresa agropecuária Suiá Missú na década de 1960. O empresário colonizador Ariosto da Riva adquiriu uma área com mais de 695 mil hectares, vendidos a ele ou a terceiros, pelo próprio estado do Mato Grosso, que tinha conhecimento da presença dos Xavante na área comercializada. O Governo Federal, através do SPI, apoiou a remoção dos Xavante da área, fornecendo inclusive aviões da FAB. Essas ações, tanto do Governo Estadual, quanto Federal, ocorreram num período de “expansão da fronteira agropecuária”, com estímulos à iniciativa privada, através de incentivos fiscais e financiamentos, como no caso da Suiá Missú, que além de explorar a mão de obra Xavante ainda expropriou suas terras em 1966.

Palavras-Chave: Expansão da Fronteira Agropecuária; Expropriação de terra; Conflito interétnico.

1 Professor no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFMT. E-mail: armandowilson@hotmail.com.

2 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UFMT. E-mail: julianacristinarosa@gmail.com.

THE REMOVAL OF THE XAVANTE FROM MARÃIWATSÉDÉ IN THE 1960s: THE PROBLEM OF LAND FOR THE OPENING OF SUIÁ MISSÚ

ABSTRACT

This article narrates, by means of official documents, the expropriation of the Marãiwatsédé Indigenous Land of the Xavante that was privatized and transformed in the enterprise Suiá Missú Farming in the 1960s. The entrepreneur colonizer Ariosto da Riva acquired an area with more than 695 thousand hectares, sold to him and the others people, by the own state of Mato Grosso, that had knowledge of the presence of the Xavante in the mentioned area. The Federal Government, through the SPI, to back the removal of the Xavantes from the area, including supplying FAB aircraft. These actions, both by the State Government and by the Federal Government, occurred in a period of “expansion of the agricultural frontier”, with incentives destined to the private initiative, through fiscal incentives and financing, as in the case of Suiá Missú, which, besides exploiting labor Xavante still expropriated his lands in 1966.

KeyWords: Expansion of the agricultural frontier; Lands expropriation; Interethnic conflict.

INTRODUÇÃO

A desintração dos não índios da área demarcada como Terra indígena (TI) Marãiwatsédé em 2012 causou indignação na região e teve repercussão nacional, uma vez que dezenas de famílias foram retiradas do distrito Estrela do Araguaia, conhecido como Posto da Mata, pertencente ao município de Alto Boa Vista, Mato Grosso.

O que não foi satisfatoriamente demonstrado em reportagens sobre a desintração foi o processo histórico que resultou naquele desfecho, conforme Rosa (2015). Essa situação pontual tem suas origens no esbulho da terra dos Xavante iniciada no final da década de 1950, quando Ariosto da Riva adquiriu do estado de Mato Grosso uma área que chegava a 695.843 hectares. A compra da terra foi realizada mesmo com o conhecimento da presença dos Xavante na área comercializada por Mato Grosso.

1 - O CONHECIMENTO DO GOVERNO FEDERAL DA PRESENÇA DOS XAVANTE EM MARÃIWATSÉDÉ

A presença da etnia indígena Xavante em seus territórios no Brasil foi documentada a partir de 6 de abril de 1751, existindo um mapa elaborado por missionários que indicou que esse povo indígena habitava a região denominada atualmente de Araguaia, ocupando terras entre os atuais estados de Tocantins, Mato Grosso e Goiás (SILVA, 1992). Após essa identificação inicial, mais fontes documentais foram elaboradas, e no caso de Marãiwatsédé, existem documentos institucionais que demonstram que o Governo Federal e o Governo do estado de Mato Grosso tinham conhecimento da presença dos Xavante em Marãiwatsédé.

O Posto Indígena de Atração (PIA) Pimentel Barbosa do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) era o órgão responsável pela proteção do povo Xavante constituiu um arquivo com ofícios elaborados pelo funcionário Ismael da Silva Leitão destinados ao governo. Existe um pedido formalizado de criação de um PIA em São Félix do Araguaia, mas que não chegou a ser aprovado. Além disso, aquele PIA mantinha constante correspondência informativa entre as décadas de 1950 a 1960 sobre os contatos, conflitos interétnicos entre posseiros, disputas entre os Kayapó e Xavante, além da apropriação de terras indígenas, inclusive as de Marãiwatsédé. Segundo Rodrigues (1992), o SPI e o governo estadual não tomaram nenhuma providência para impedir o esbulho das terras de Marãiwatsédé, pois haviam documentos que indicavam o conhecimento do problema, como o ofício redigido por Ismael Leitão, destinados ao diretor do SPI em 18/11/57, solicitando a adoção de “medidas enérgicas e urgentes” contra tal situação de esbulho de terras indígenas por parte de estrangeiros e outros posseiros ou compradores de terra. Esse ofício foi parcialmente transcrito por Rodrigues (1992: 24):

“[...] Seguindo o exemplo do estrangeiro, mais duas famílias procedentes do Araguaia, deslocaram-se para a Barreira da Bacaba, nas proximidades da aldeia de Marú-Acéde, onde estão instaladas no afã de construir fazendas. [...] Os locais escolhidos pelos invasores para a instalação de fazendas ficam situados nos arredores da aldeia acima citada, onde se encontra radicado um grupo arredo de índios Xavante.”

A presença dos Xavante em Marãiwatsédé ainda foi relatada na literatura antropológica clássica sobre os Xavante, pois no ano de 1958, Maybury-Lewis (1984) tentou visitar uma aldeia Xavante instalada em Marãiwatsédé, mas não obteve sucesso, recolhendo informações através de relatos de alguns Xavante que se mudaram para São Domingos. No entanto, registrou que essa aldeia se localizava [...] *a três dias de caminhada (cerca de 160 quilômetros) ao norte e que lutavam com brancos e, ocasionalmente, com outros índios (não Xavante). Suas relações com São Domingos também não eram boas*”, conforme Maybury-Lewis (1984: 74). Isso porque, segundo o autor, *“Os Xavante não constituem uma unidade política”* (1984: 50). Logo, percebe-se a especificidade dos Xavante de Marãiwatsédé que possuíam uma outra dinâmica de contato com não índios e um processo de esbulho de suas terras diferenciado das demais Terras Indígenas de outros Xavante.

Foi em meados da década de 1960, que se intensificam as correspondências contendo denúncias com esse conteúdo, apontando a prática da venda de áreas incidentes sobre terras indígenas pelo próprio Estado de Mato Grosso. Ocorreu no mesmo ano uma solicitação de topógrafo para medir “[...] *reservas de terras pertencentes aos índios Chavante vendidas pelo Governo de Mato Grosso, estando de posse dos títulos os seus compradores, que são inúmeros*” (RODRIGUES, 1992, p. 26-27).

Tal prática de vendas de terras indígenas estava imersa num contexto de políticas e programas do Governo Federal que fomentavam a expansão da “*fronteira agropecuária*” em direção às áreas delimitadas como Amazônia Legal. Conforme essa expansão

ocorria, as terras de povos tradicionais, sobretudo indígenas, foram sendo expropriadas por agentes do capital por meio de empresas de colonização públicas e privadas, além de empresas agropecuárias, (OLIVEIRA, 1990; MARTINS, 1993). Através da Operação Amazônica, que normatizava toda a “expansão da fronteira agropecuária”, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) que teve como primeiro projeto aprovado o da Agropecuária Suiá Missú no final da década de 1960.

Logo, dentro desse contexto e para além dos documentos institucionais, existem fontes orais e imagéticas que comprovam o conhecimento da presença dos Xavante em Marãiwatsédé, que teve suas terras comercializadas. No arquivo da FUNAI e no arquivo pessoal de um gerente da fazenda da época, Dário Carneiro, existem diferentes registros fotográficos que permitem visualizar o cotidiano da abertura da fazenda e os contatos dos trabalhadores e dos Xavante, além de fotografias com diferentes ângulos que mostram aldeias em Marãiwatsédé.

FIGURA 1 - FOTOGRAFIA DA VISTA AÉREA DE ALDEIA EM MARÃIWATSÉDÉ NA ÉPOCA DO CONTATO COM OS FUNCIONÁRIOS DA FAZENDA SUIÁ MISSÚ



Fonte: Arquivo Dário Carneiro/Documentário *O Vale dos Esquecidos* (2010).

Portanto, diferentes documentos apontam que havia o conhecimento da presença dos Xavante em Marãiwatsédé por parte dos governos federais e estaduais bem como pelos empresários que adquiriram a área que englobava o território dos Xavante.

2. A VENDA DAS TERRAS DOS XAVANTE PELO ESTADO DO MATO GROSSO

No final da década de 1950, o estado de Mato Grosso vendeu parte do território de Marãiwatsédé pelo valor de Cr\$20.000.000,00 (vinte milhões de Cruzeiros), diretamente a Ariosto da Riva e outras partes a outros que revenderam ao colonizador, que adquiriu ao todo uma área total de 695.843.8551 hectares³ que deram origem à Agropecuária Suiá Missú. A forma de aquisição dessa extensão significativa de terras foi investigada em 2003 pelo engenheiro agrônomo Moreira Leão que realizou o *Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé (2003)*. Ao analisar a Certidão Vintenária⁴ da “Fazenda Suiá Missú” afirmou ter conseguido acesso a toda cadeia dominial (MOREIRA LEÃO, 2003, p. 2-3), e, a partir disso, conseguiu averiguar que existiam 25 títulos com dimensões menores que 10 mil hectares e que somadas resultavam numa área de 242.646,922 ha, que foram posteriormente adquiridos por Ariosto da Riva.

O fato das matrículas serem de no máximo 10 mil hectares se deve ao fato de que a legislação vigente na época exigia que, qualquer compra acima dessa quantidade, precisaria de um processo de licitação por parte do Estado, bem como a publicação no Diário Oficial divulgado nos jornais de circulação local. Tal legislação tinha como objetivo prevenir que a áreas que fossem registradas duas vezes ou que a compra resultasse em expropriação. No entanto, Moreno (2007)

3 Código Cadastral do Imóvel: 901.083.003.611-1 e 901.083.002.820-0. In: Moreira Leão (2003) e conforme Registro Tórrrens, Livro número 01 de 05/12/1971.

4 Certidão Vintenária registrada no 1º Serviço Notarial e Registros da Comarca de Barra do Garça, Estado de Mato Grosso sob número 7.585, livro 3-L de 10 de janeiro de 1963.

aponta que existiam mecanismos de burla da lei no Mato Grosso, sendo que um deles era a prática de terceiros adquirirem do estado áreas menores que posteriormente viriam a ser compradas por um proprietário. Os indícios oriundos da documentação, demonstram que a forma de compra das terras da Suiá Missú parecem ter seguido justamente esse mecanismo.

Ao considerar a área total de 695.843 hectares, registrada na década de 1970, e com base no cálculo do módulo rural da região (80 hectares), essa aquisição na sua totalidade correspondia a 8.698 módulos rurais, o que permite afirmar que tratava-se de um latifúndio, seguindo as normativas do Estatuto da Terra (1964), uma vez que suas dimensões impediam que a área fosse adequadamente e inteiramente aproveitada tanto econômica, como social e ambientalmente, descumprindo a função social da terra⁵.

No entanto, através dessa forma de compra e não tendo nenhum tipo de impedimento legal, Ariosto da Riva adquiriu a área com o objetivo de transformá-la a em loteamento urbano e rural através de um projeto de colonização particular. Depois a “Fazenda Suiá Missú” passou a ter um perfil de *empresa agropecuária*, e posteriormente através da sociedade com o Grupo Ometto, teve injeção de capital e foi inserida numa outra lógica de anseios e planejamento sobre o uso da terra, e as consequências foram divergências entre Da Riva e os Ometto, que culminou na saída de primeiro sócio que vendeu sua parte da sociedade para o grupo, que pagou em terras o valor proporcional. O perfil de colonizador/pioneiro de Ariosto da Riva contrasta o perfil e a trajetória empresarial do grupo Ometto que já era consolidado no mercado de açúcar e álcool paulista, inserido integralmente dentro de uma lógica capitalista de produção, onde modernização e

5 A função social da terra é disciplinada pela Lei 4504/64 (Estatuto da Terra) através de seu Artigo 2°.

investimento na produtividade eram lógicas de produção e que foram instrumentalizados anteriormente, conforme Tafner & Silva (2011).

Naquele contexto, investir em empresas agropecuárias era um procedimento para a obtenção de lucro garantido, principalmente com os incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal às empresas que se instalassem na Amazônia Legal. Mas, haviam alguns problemas na ocupação dessas áreas, e certamente, na visão desses empresários, a presença do povo Xavante na área adquirida era um obstáculo a ser superado.

3. O “PROBLEMA” DA PRESENÇA DOS XAVANTE NA ÁREA DA AGROPECUÁRIA SUIÁ MISSÚ

Após a compra da área, seus registros, vendas e acertos entre os empresários, a instalação da sede da fazenda foi iniciada no início da década de 1960. O atual cacique, Damião Paridzané, narrou a chegada de Ariosto da Riva e seus interesses:

[Mostrando um mapa desenhado com o dedo no chão] *Aqui foi levantada a primeira aldeia. Depois mais uma aldeia antes da chegada de Ariosto. Fundada por meu pai. A geração dele se locomovia muito. Nessa época o Ariosto fundou a sede da Suiá Missú. Tinham o interesse de tirar a gente daqui* (Relato Oral Damião Paridzané).⁶

Estes primeiros contatos precisam ser analisados a partir de fontes orais, pois nenhum documento escrito foi redigido pelos trabalhadores ou pelo proprietário da fazenda. No entanto, é importante considerar múltiplas vozes, e nesse sentido, o relato oral de um dos gerentes da fazenda da época, Dário Carneiro, auxilia a compreender a visão do “outro”:

6 In: Documentário O Vale dos Esquecidos. (4min44’).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ziBQS3SOEoc>. Acesso em: 24/07/2012. A utilização de fonte audiovisual como o documentário “Vale dos Esquecidos” foi importante para acessar mais entrevistas, sendo que, para Pollak (1989, p.11): “O filme-testemunho e documentário tornou-se um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva e, através da televisão, da memória nacional”.

Eu trabalhava com o grupo que comprou as terras da gleba da Suiá [...] E a hora que pousamos [avião] os índios estavam lá na pista né. E a hora que pousamos foi aquela emoção. Eles estavam ainda nus, uns tinham calção e eu já brinquei com eles, eles não falavam português, não tinha ninguém que falava a língua deles. Mas houve um... [sinal de união com as mãos] logo de início né (Relato Oral de Dario Carneiro, 2010)⁷.

Nesse relato do gerente da época fica evidente o estranhamento em relação aos Xavante, uma visão também identificada em outros relatos orais de trabalhadores da Agropecuária Suiá Missú:

Ficamos três anos abrindo a mata. Os Xavantes tavam lá... “bravos”, sem conhecer civilizado! Começamos jogando comida e presentes de um aviãozinho sobre a aldeia deles, todo dia à mesma hora: cerne seca, bala, rapadura, roupa panos vermelhos, coberta de pano vagabundo... não podíamos das coisas boas... tudo isso para distrair a tribo e fazer os índios ficarem fixos no lugar onde jogávamos os presentes. Enquanto isso [...] abria uma picada que saia de São Félix... (Entrevista de antigo trabalhador da fazenda, cf. Jornal da Tarde, SP, 21/07/71).

Outro trabalhador da Suiá Missú que teria testemunhado os primeiros contatos com os Xavante, narrou a situação do contato da seguinte forma:

[...] Naquele tempo eles festejavam. A gente procurava incentivar eles para “amansar”, na época eles começaram a vir na sede tinha bastante índio! Todo final de semana a fazenda mandava matar 4, 5 gado... e dava pra eles! Eles faziam a maior festa! Eles levavam muito mais! Na época – que era o Ariosto da Riva – eles davam a maior assistência aos índios, davam de tudo: roupa, botina, açúcar, arroz... inclusive eles fizeram até um barracão perto e tinha um cozinheiro só pros índios... era uma saca de arroz por dia que eles comiam. Eram muitos índios! E assim foram dominando eles, para ver se incentivava eles a trabalhar... para eles entenderem... (Entrevista de um ex-empregado da Fazenda Suiá-Missú, Dezembro de 1989, cf. Dossiê Itália-Brasil, 1990).⁸

7 In: Documentário *O Vale dos Esquecidos*. (5min 25’).

8 Relato Oral disponível em RODRIGUES (1992, p.19).

Estes relatos orais de não índios, por mais que contenham imprecisões ou equívocos, reforçam o conhecimento da presença dos Xavante e trazem elementos narrativos para se pensar o contato e o “outro”. Também foi registrado o relato oral do Hermínio Ometto, diretor-presidente da Agropecuária Suiá-Missú S/A que confirmou a presença dos Xavante e narrou o contato:

Perto da Suiá-Missú, entre o rio das Mortes e o rio Tapirapés, havia duas tribos de Xavantes, índios caçadores que jamais haviam tido qualquer contato com o homem branco. O primeiro encontro com os indígenas partiu da iniciativa deles próprios. Os nativos foram até a sede da fazenda e, lá chegando, ficaram rodando o avião e rindo. Eles já haviam visto diversas vezes o aparelho em vôo a baixa altitude. Provavelmente seguiam a direção do vôo, até encontrarem a sede da fazenda. O primeiro contato envolveu cerca de 80 funcionários, tudo na base de risadas e mímicas. Com o passar do tempo, os indígenas começaram a frequentar a Suiá-Missú constantemente. (Entrevista de Hermínio Ometto a Arioaldo U. Oliveira. In: (OLIVEIRA, 1990, p.71)).

No entanto, apesar da narrativa do contato ser algo significativo, é importante ressaltar que o empresário não estava presente no momento da abertura da área. Ademais, a parte mais significativa de seu relato é a seguinte:

Mais tarde, toda a tribo, mais ou menos 150 índios, mudaram para perto da sede, e lá ficaram por quase três anos. Destinamos então uma área de 100 alqueires para que os nativos plantassem milho, arroz, abóbora e mandioca. Mesmo com as lavouras a disposição os Xavantes não abandonavam a caça. Só que a caça não se destinava à subsistência, era simplesmente a manutenção de um costume de um povo. Para evitar eventuais desentendimentos com os índios, determinamos aos colonos não frequentarem o local onde os Xavantes haviam se instalado. Três anos depois a empresa sugeriu ao governo que os indígenas fossem transferidos para uma área ao Norte da fazenda, com uma extensão de 10 mil hectares. Mas o então SPI, hoje FUNAI, e a missão salesiana que trabalhava junto à aldeia, preferiram levá-los para a Missão de São Marcos, em Barra do Garças. (Entrevista de Hermínio Ometto a Arioaldo U. Oliveira. In: (OLIVEIRA, 1990, p.71)).

Fica evidente nessa parte de sua narrativa que, em dado momento, a presença dos Xavante se tornou problemática e incômoda. Antes, a estratégia de ocupação de Ariosto da Riva, iniciada em 1962, era de manter os índios sob seu controle por meio da doação de alimentos jogados por aviões diariamente no local onde os Xavante estavam, os entretendo, enquanto abriam picadas e estradas. Conforme as relações foram se estreitando, Ariosto da Riva teria convencido os índios a transferirem sua aldeia para perto da sede e na sua perspectiva, “[...] os próprios índios aceitaram trabalhar gratuitamente na abertura de picadas, de pastos e de uma pista de pouso, durante cerca de dois anos” (BUENO, 2006, p.13). Entre 1962 a 1964 os Xavante trabalharam na abertura da fazenda, que segundo relato oral de Tibúrcio:

[...] já tinha bastante pessoal aqui na fazenda de posseiros, peão que já trabalhava. Mas assim mesmo no primeiro dia que o pessoal teve contato aqui na sede fez campo de aviação. Já tudo feito, o Ariosto tinha pedido para o pessoal trabalhar na roça. O pessoal [índios] ficou de acordo. Todo esse pasto que ficou primeiro, do lado de cá, era os índios que fizeram isso aí. Também eles não sabiam se era para pagar ou não. O pessoal entrou para fazer essa grande roça para o Ariosto [arrozal]. Ele fez essa proposta para ele, para eles tomarem conta das terras indígenas. Ninguém sabia que era para sair daqui (Relato Oral Tibúrcio, 1992)⁹.

Conforme Rodrigues (1992), existem outros relatos orais que narraram o trabalho Xavante, e “[...] depois que terminaram as obras os índios passaram a ser um fardo para os donos da fazenda. Não havia mais o interesse em sustentar os índios que começaram a matar os bois da criação da fazenda”, conforme Casaldáliga (2012)¹⁰.

Num primeiro momento, os Xavante foram deslocados para uma área alagadiça na qual os empresários não tinham interesse, pois não era apropriada para a criação de gado e formação de pasto.

9 Relato Oral disponível em: RODRIGUES, 1992, p. 58.

10 CASALDÁLIGA, P. Entrevista realizada no dia 3,4,5 e 6 de dezembro de 2012 por Armando Tafner Junior.

No entanto, se a área que não era apropriada para a bovinocultura extensiva, tampouco não servia para a prática das atividades indígenas e era um local insalubre. “*Lá morreram doze índios adultos. Oito homens e quatro mulheres. Sem contar as crianças*”¹¹. Com receio que essa situação poderia gerar algum tipo de complicação, os empresários procuraram a Missão Salesiana de São Marcos e “[...] persuadiram os seus superiores a aceitarem nela os Xavante da Suiá” (OLIVEIRA, 1990, p.72).

4. A REMOÇÃO DOS XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ PARA A MISSÃO SALESIANA DE SÃO MARCOS

Existe uma controvérsia nas versões do cacique Damião e do Xavante Tibúrcio, sendo que o segundo afirmou que os Xavante foram convencidos a irem para a missão.

Porque? Porque os padres já sabiam que o pessoal já estava com processo para ser expulso, além do Orlando Villas Bôas. Orlando Villas Bôas exigiu para tirar o pessoal daqui. [...] O pessoal do SPI que fez o documento, foi eles que queriam que o pessoal fosse acabando aqui dentro. [...] O Orlando Villas Bôas, aquele Ismael¹² e o Chico Mendes. São esses a equipe que queria, que exigiu para acabar com o índio. Orlando Villas veio aqui na sede, só ele. [...] Conversar com o Ariosto e o Tibúrcio. [...] Naquele tempo do SPI, ninguém avisou, ninguém ficou a par para não sair, pra não deslocar. Ninguém do SPI falou: ‘nós não devemos retirar os índios daqui. Tem que permanecer aqui’. Ninguém falou a favor. [...] Só o Dario que ficou apoiando (Relato Oral Tibúrcio).¹³

O fato do indigenista Orlando Villas Bôas ter visitado e ajudado na logística da remoção dos Xavante de Marãiwatsédé para a missão

11 CASALDÁLIGA, P. Entrevista realizada no dia 3,4,5 e 6 de dezembro de 2012 por Armando Tafner Junior.

12 Apesar do forte teor de acusação, é preciso destacar que existem fontes escritas feitas por Ismael da Silva Leitão, funcionário do SPI, que reportava às instâncias superiores a existência dos Xavante de Marãiwatsédé e a necessidade da criação de um Posto do SPI nas proximidades em razão da apropriação de seu território, além de denunciar as vendas de terras indígenas por parte do estado de Mato Grosso.

13 Relato Oral disponível em: RODRIGUES, 1992, p.63.

salesiana de São Marcos aponta para o peso do poder econômico envolvido no caso. Dentro de um contexto de remoção e deslocamento de povos indígenas como prática comum, o SPI se posicionou a favor da transferência dos Xavante de Marãiwatsédé:

[...] com o aval do SPI, expresso na seguinte autorização, datada de 11/07/1966, e assinada por Nilo Oliveira Vellozo, então chefe da SASSI (Serviço de Assistência ao Índio): *Pela presente, fica autorizada a Missão Salesiana São Marcos a transportar índios Xavantes da Aldeia próxima ao São Félix, Mato Grosso, até aquela Missão, desde que os mesmos assim o desejem, ficando a permanência dos referidos índios condicionada à vontade dos mesmos*" (RODRIGUES, 1992, p.28)

O SPI considerava a vontade dos Xavante e nesse sentido era preciso convencê-los a aceitar a remoção. O ancião Tibúrcio relatou que ocorreu uma negociação entre ele e Dario Carneiro num primeiro voo à Missão São Marcos em 1965:

Quando combinou com Dariozinho, ele perguntou para o Tibúrcio se poderia procurar uma terra para poder mudar de U'Bre'Nu para poder retornar para Bo'U [aldeia antiga perto da sede da fazenda]. O Tibúrcio ficou de acordo, 'tudo bem, nós vamos, porque aqui não vai dar, o pessoal está com muita ameaça... ameaçando os índios aqui. Eu sozinho não dou conta para defender. Então é melhor nós procurarmos, ou talvez tenha algum lugar no campo, e a gente pode fazer aldeia perto da sede [da Suiá Missú]'. Tibúrcio não sabia, nem ele não avisou que ia para São Marcos. [...] Entrou no avião e o avião voou direto. [...]. Primeiro foram só eles dois [...] o Tibúrcio e o Dário [...]. O avião deu voo, não sei, era mais ou menos 4 horas, de tardinha. Aterrissou em Merure. De Merure foram direto para São Marcos. Em São Marcos, lá perguntaram para o Tibúrcio se ele gostou da Missão, para deslocar o pessoal de lá para cá. Tibúrcio ficou sem jeito, se poderia vir ou não. [...] Mas assim mesmo ficou de acordo. (Relato Oral Tibúrcio traduzido por Paulo).¹⁴

14 Relato Oral disponível em: RODRIGUES, 1992, p.63.

Portanto, houve um esforço por parte dos empresários, através do gerente Dario Carneiro, de convencer os Xavante. Mas através dos relatos orais é possível perceber contradições nas versões sobre os Xavantes estarem de acordo ou não com a transferência para Marãiwatsédé. Segundo relato do gerente, a remoção aconteceu sem que os Xavante tivessem sido forçados:

Não, não foram forçados. Foram convencidos, né. Principalmente pelos padres, e pelos índios que viviam na Missão de São Marcos e que acompanhavam os padres em suas viagens lá na Suiá. Os índios estavam muito excitados... falavam muito...era uma novidade muito grande prá eles né, subir num avião. E eu na minha parte tava muito triste, né. Estava triste de ver a partida deles ali, porque eu tinha muitos sonhos a serem realizados com os índios: formar uma fazenda prá eles criar seu gado, é ... que eu tinha inclusive promessa da diretoria da fazenda que ia ser feito isso. Mas forças maiores, né, [desvia o olhar e coça a cabeça] desabou meu castelo. Então eu vi com muita tristeza o embarque deles (Relato Oral Dario Carneiro, 2010).¹⁵

Ainda que reforçasse a tese de que os Xavante foram convencidos e não forçados, Dário Carneiro demonstrou o incômodo em relação à existência de “forças maiores”, apesar de não nominá-las. Em outro momento de seu relato, o gerente demonstra sua insatisfação com os órgãos governamentais responsáveis:

O que fizeram foi uma barbaridade: autorizar a transferência dos índios. Entendeu? Quem for inteligente vai perguntar porque o SPI autorizou e era o único órgão que poderia proibir isso ai na época. Alguma coisa rolou né [olhando para o lado, numa longa pausa]. Mas deixa prá lá. Foi muito difícil. Prá falar a verdade eu não gosto nem de falar, porque todos esses índios eram como partes, como se fosse da minha família [emocionado] (Relato Oral Dário Carneiro, 2010).¹⁶

Novamente seu relato foi marcado por *silenciamentos* que permitem entender a dimensão dos interesses envolvidos que

15 Relato Oral disponível em: Documentário *O Vale dos Esquecidos*. (29min09’).

16 Relato Oral disponível em: Documentário *Vale dos Esquecidos*. (29min15’).

resultaram na remoção dos Xavante, mesmo sendo uma remoção negociada, haviam incertezas e temores que levaram Tibúrcio a intermediar tal situação:

Tibúrcio voltou para combinar com o pessoal se poderia deslocar para São Marcos. [...] Ele não sabia o que iria acontecer, Os velhos que se reuniram, alguns não queriam sair, alguns queriam ficar lá. Como o pai dele, o pai de Damião, ele não queria que retirasse o pessoal de lá. Queria ficar porque ele sabia que ia acontecer alguma coisa de doença. Então o que aconteceu? O pessoal veio de lá do U'Bre'Hu para cá [a sede] ainda de a pé [...] para pegar o avião. As pessoas ficaram de acordo, todo mundo entrou de acordo sem boa vontade (Relato Oral Damião Paridzané, 1992).¹⁷

Entrar no avião “de acordo” mas “sem boa vontade” parece ser a melhor expressão utilizada em 1992 por Damião Paridzané para tentar expressar a situação da remoção de seu povo. Quase vinte anos depois, o cacique narrou novamente o episódio:

Os brancos pediram que viessem os aviões da Força Aérea Brasileira. Na hora do embarque eles nos cercaram como se fossemos bois. Eles nos empurraram prá dentro do avião sem o nosso consentimento. Essa terra era nossa e fomos arrancados daqui. Isso dói Maria¹⁸. Não se brinca com isso. [...]. Eles nos vigiavam prá que ninguém fugisse. Não tínhamos um minuto de paz. A vigília durava dia e noite. Foi assim que aconteceu. (Relato Oral de Damião Paridzané, 2010)¹⁹.

Pelas narrativas de Damião Paridzané, é perceptível que haviam Xavante dispostos e outros se negando a saírem de Marãiwatsédé. Algumas fotografias do arquivo da FUNAI que foram tiradas no momento em que os Xavante estavam embarcando nos aviões da FAB trazem ângulos dos Xavante curiosos e apreensivos.

17 Relato Oral disponível em: RODRIGUES, 1992, p. 65

18 Trata-se de Maria Raduan que realizou entrevistas e foi diretora do Documentário de longa-metragem “Vale dos Esquecidos” (2010).

19 Relato Oral disponível em: Documentário *O Vale dos Esquecidos*. (31min18’).

FIGURA 2 - FOTOGRAFIA DO EMBARQUE DE XAVANTE DE MARÃIWATSÉDÉ EM AVIÕES DA FAB EM 1966



Fonte: Arquivos FUNAI.

Em 2004, o Padre Ottorino Panziera, diretor da Missão Salesiana de São Marcos na época, em depoimento testemunhal²⁰ relatou que em 1966 embarcou com cerca de 90 Xavante que viviam na área da Suiá-Missú e que viajaram todos em pé por duas horas e meia presos apenas por um cinto de segurança. Outro padre, Bartolomeu Giaccaria, membro daquela missão, testemunhou na mesma audiência que os Xavante não sabiam ao certo onde estavam indo e que acreditavam que seria uma estadia temporária, que reforça ainda mais o fato de que não havia consenso e nem plena certeza entre os Xavante sobre a terra Marãiwatsédé.

Além de terem seu trabalho explorado e sofrerem com a expropriação de suas terras, os Xavante passaram pelo episódio mais trágico de sua trajetória: um surto de sarampo na missão salesiana de São Marcos.

5. A CHEGADA NA MISSÃO DE SÃO MARCOS E A EPIDEMIA DE SARAMPO

Dom Pedro Casaldáliga foi o primeiro a denunciar a situação de transferência dos Xavante para a missão salesiana de São Marcos.

²⁰ Depoimento prestado na 5ª vara judicial federal de Mato Grosso referente à ação civil pública de número 950000679.

Isso acontecia em 1966. Os Xavantes foram transportados em avião da FAB, em número de 263, tendo morrido boa parte deles aos poucos dias depois de chegados a São Marcos, vitimados por uma epidemia de sarampo. Essa porém não é a versão publicada na imprensa, conforme se pode ver na reportagem publicada por O ESTADO DE SÃO PAULO – em 25/04/69. Essa deportação foi presenciada por outros Xavantes da região e quando o Sr. Ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, em abril de 1969 visitou aldeias dos Xavantes, estes lhe pediam que providenciasse a devolução da terra [...]. Mas os proprietários da Suiá-Missú gostam dos índios... (Jornal da Tarde de 21/07/71). Após a deportação, doaram à missão um trator e a importância de Cr\$500,00 mensais, durante um ano, para auxiliar na manutenção dos mesmos!!! (CASALDALIGA, 1971, p. 21-22).

Portanto, uma das consequências imediatas da remoção dos Xavante foi a mortandade provocada por uma epidemia de sarampo. Em relato oral (1992) o cacique Damião Paridzané narrou o fato:

Depois que chegou em São marcos, como ele estava contando [Tibúrcio], não teve nem um ano para aparecer doença que aconteceu. Depois que chegou aqui, com dois dias o pessoal já estava de sarampo. Quando chegou em São Marcos. [...]. Morreu muito... morreu, morreu bastante. Adultos, velhos. [...]. Cento e sessenta. O padre Pedro falou 'cento e pouco'; Mestre Mario [outro padre] falou em Cuiabá também que foi cento e cinquenta. [...]Cento e cinquenta morreram... o padre me falou cento e sessenta. Meu pai, logo que chegou, pegou a doença e ficou sofrendo dois dias [...]. Ai começou de morrer muitos. Meu pai morreu dois dias depois. Daí começou: noite toda, dia todo... carregaram [os mortos] de carroceria de trator levando no cemitério para enterrar. Noite toda, dia todo. Foram morrendo todas. No mesmo dia, nem passou quinze dias [...] morre, mas junta: trator encosta e padre manda "encosta lá, lá está morrendo já". Ai gente botando em cima da carroceria e levando onde que tem cemitério [...]. Está tudo enterrado lá em São Marcos. [...] Escapou pouca gente²¹ (Relato Oral Damião, 1992)²²

21 As pausas e rupturas na narração se deve ao fato de que o discurso indígena tem como característica a repetição de frases ou ideias para dar ênfase. Para dar maior fluidez à narrativa se optou por cortes que não alteram o conteúdo narrado.

22 Relato Oral disponível em: RODRIGUES, 1992, p. 64-65.

Não existe um número exato de vítimas dessa epidemia, pois segundo fonte oral morreram de 150 a 160 Xavante, mas em outras fontes escritas de Ferraz & Mampieri, (1994) e Rodrigues (1992) apontam para 83 a 86 o número de vítimas da doença. Bueno (2006) define a transferência como um “ato genocida”. Essa epidemia foi noticiada no *Jornal Diário da Noite* em 14 de setembro de 1966 com o subtítulo “A morte faz recepção” no qual narra que: “Os 236 novos habitantes de São Marcos, procediam da fazenda Suiamissú [Sic!]” e que ao chegarem, encontraram os Xavante daquele lugar adoecidos e acabaram também adoecendo. Apesar da notoriedade da tragédia acometida sobre os Xavante, nenhuma ação foi feita por parte do Estado para resolver aquela situação insustentável. Dário Carneiro relatou que:

Depois de dois meses, [do embarque] eu recebi um recado que vinha um avião me buscar, um avião da fazenda prá levar lá prá Missão que os índios estavam morrendo. Esses índios que tinham mudado prá lá. Aí fui prá lá, prá Missão, e cheguei lá foi e o que eu vi era... eu nunca... Hoje a gente está acostumado a ver todo dia notícia de guerra, de bomba, de coisa, mas eu nunca tinha visto uma cena daquelas né. Os índios que tinham mudado prá lá, que vieram lá da Suiá, de Marãiwatsédé, estavam todos doentes. Todos. Deitados, ocupando o chão da igreja, de escola da Missão, deitados no chão, forrado com folha de palmeira. Mulheres, crianças, pele e osso, muito magros que eles tinham pego uma... tinha dado uma epidemia de sarampo. E os dias que passei com eles ali... numa semana morreram 70. [Emocionado] O que fizeram foi uma barbaridade, autorizar a transferência dos índios (Relato Oral Dário Carneiro, 2010).²³

Pela narrativa acima é possível imaginar o cenário de horror vivido pelos Xavante oriundos de Marãiwatsédé sem apoio governamental e nem por parte da Agropecuária Suiá Missú que apenas enviou trator e dinheiro como auxílio à Missão Salesiana de São Marcos como forma de garantir a permanência dos Xavante longe de suas terras.

23 In: Documentário *O Vale dos Esquecidos*. (19min09’).

As mortes provocaram divergências entre os Xavante de Marãiwatsédé e os de São Marcos, pois ocorreram acusações mútuas de feitiçaria, causando certa instabilidade no convívio e intensificando o faccionalismo Xavante. Os Xavante que sobreviveram à epidemia de sarampo passaram por situações de fome e expulsão das terras dos Xavante de São Marcos que não permitiam que construíssem aldeias nas suas terras.

Assim, foram se espalhando, sendo incorporados ou não em outras aldeias, peregrinando até que em 2003 voltaram até Marãiwatsédé e foram impedidos de adentrar, permanecendo por quase um ano acampados nas margens da Rodovia 158. Suas terras estavam reocupadas por posseiros e grileiros, que invadiram a área em 1992, quando a área remanescente da Suiá Missú, com 195 mil hectares, havia sido devolvida aos Xavante pela empresa italiana Eni/Agip Petroli. Somente depois da desintrusão dos não índios em 2012 que os Xavante puderam voltar à Marãiwatsédé, conforme Rosa (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes da aquisição das terras Xavante por Ariosto da Riva, era secular o conhecimento da presença do mencionado povo indígena na área. Enquanto os Xavante serviram à fazenda, eles eram bem quistos pelos empresários, mas quando passaram a não servir mais de mão-de-obra, passaram a surgir os conflitos. A solução encontrada pelos empresários apoiada pelo Governo Federal foi a remoção dos Xavante.

Após serem forçados a saírem de suas terras, os Xavante encontraram a morte. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992 (Eco-92) a empresa Agip Petroli, então proprietária da área remanescente da Agropecuária Suiá Missú devolveu a área ao seu povo de origem. Mas naquele mesmo ano, posseiros e grileiros invadiram a área demarcada pelo laudo antropológico. Foi somente em

2012, depois de grande disputa judicial, que os Xavante conquistaram novamente suas terras.

Atualmente a TI Marãiwatsédé é conhecida como a terra indígena mais desmatada do país e os Xavante enfrentam uma série de desafios, como os de cunho ecológico que interfere diretamente em sua organização social²⁴. Atualmente a maior ameaça é de que a tese jurídica do Marco Temporal seja aplicada e que recomece uma batalha jurídica. Segundo essa tese a-histórica, se um povo indígena não estivesse na sua terra no ano de 1988, quando a Constituição Federal garantiu seus direitos, esse mesmo povo não teria mais direitos de reivindicar tal território. No entanto, conhecendo a história do esbulho, expropriação e remoção dos Xavante de Marãiwatsédé fica evidente o equívoco de tal tese jurídica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAER, W. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

MAYBURY-LEWIS, David. *A Sociedade Xavante*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MARTINS, J. S. *A chegada do estranho*. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

MORENO, G. *Terra e poder em Mato Grosso: Política e mecanismos de burla*. Cuiabá: UFMT, 2007.

OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus. 1990.

OPAN, ANSA. *Marãiwatsédé: Terra da Esperança*. 2012.

Disponível em: <http://amazonianativa.org.br/Biblioteca.html>. Acesso em: 05/11/2013.

24 Um exemplo da relação Xavante com a natureza pode ser expresso pelo casamento, no qual há a condição da família do pretendente em levar carne de caça (comumente uma anta) à família da noiva (*adaba*) para referendar os laços matrimoniais, conforme descrito por Maybury-Lewis (1984). Com o desmatamento a quantidade de caça diminuiu consideravelmente em Marãiwatsédé.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*, Brasil, Vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RAVAGNANI O. *A experiência Xavante com o mundo dos brancos*. Araraquara: UNESP, 1991.

ROSA, J.C. *A Luta pela Terra Marãiwatsédé: Povo Xavante, Agropecuária Suiá Missú, Posseiros e Grileiros do Posto da Mata em disputa (1960-2012)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – UFMT, Cuiabá, 2015.

SILVA A. L. Dois séculos e meio de História Xavante. In: Cunha, M. C. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp, 1992.

TAFNER JUNIOR, A. W.; SILVA, F. C. Expropriação de Terras e Exclusão Social na Amazônia Mato-grossense. *Revista PRACS*, v.8, n.2, 2015.

Fontes Documentais

CASALDÁLIGA, P. [Carta] *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. 1971.

Disponível em: <http://servicioskoinonia.org/Casaldaliga/cartas/1971CartaPastoral.pdf>. Acesso em: 08/08/2014.

FERRAZ, Iara. *Viagem à Suiá Missú*, 1991.

Disponível em: <http://www.noticiasagricolas.com.br/dbarquivos/iara-ferraz-laudo-funai.pdf%CB%83>. Acesso em: 06/04/2014.

FERRAZ & MAMPIERI. [Artigo]. Suiá Missú: um mito refeito. IN: ISA Instituto Socioambiental, *Povo Indígenas no Brasil 1991/95*, 1994.

MOREIRA LEÃO, J. [Laudo]. *Laudo de Perícia Judicial da Reserva Indígena Marãiwatsédé* (2003).

RODRIGUES, P. M. [Laudo]. *Relatório de identificação da área indígena "Marãiwatsédé"*. Brasília: FUNAI, Portaria n. 9 de 20/01/1992.

ROSABUENO, I. [Laudo]. *Laudo Antropológico Terra Indígena Marãiwatsédé. Ação Civil Pública número 950000679- MPF* (2006).

VALE DOS ESQUECIDOS. Documentário-longa Metragem. Direção: Maria Raduan. Fotografia: Sylvestre Campe, color, (72 min.): Tucura Filmes, Brasil, 2010.

Disponível em: <http://valedosesquecidos.com.br/#ficha-tecnica/maria-raduan>
Acesso em: 25/04/2012.

Entrevistas

CASALDÁLIGA, P. Entrevista realizada no dia 3,4,5 e 6 de dezembro de 2012 por Armando Tafner Junior.